

REVOLUÇÃO DE ABRIL (II)

PROCESSO REVOLUCIONÁRIO e CONTRA-REVOLUÇÃO

Ana Saldanha

O processo contra-revolucionário português: o golpe Palma Carlos, a Marcha da *Maioria Silenciosa* e o 11 de Março

Entre as tentativas de destruição do processo revolucionário, a primeira ficou conhecida como *golpe Palma Carlos*.

A 16 de Maio de 1974 toma posse o primeiro governo provisório, no qual se encontram representadas todas as tendências políticas. Desde logo, António de Spínola, a Junta de Salvação Nacional (JSN) e o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) tentaram mudar política e militarmente a nova ordem revolucionária. Com o objectivo de diluir o MFA nas estruturas tradicionais das Forças Armadas e de reestabelecer as hierarquias, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Costa Gomes, decreta, a 24 de Maio, a inserção de todos os oficiais, sargentos e praças no MFA. Apesar disso, «o MFA não se extinguirá nem diluirá noutras estruturas»¹. Paralelamente, num apelo às imagens imperialistas e heróicas nacionais, Spínola reafirma o imperialismo português em África, e, tentando manter vivo o mito da conspiração, responsabiliza o Partido Comunista Português (P.C.P.) pela confusão instalada e pela perda dos territórios africanos, prestes a concretizar-se². Américo Tomás e Marcello Caetano, pela mão da JSN, são enviados para o Brasil:

Hoje, dia 20 de Maio, o Povo Português tomou conhecimento com surpresa e apreensão de que a Junta de Salvação Nacional, depois de ter negociado com o Governo do Brasil, permitiu que saíssem para este país os ex-governantes fascistas Américo Tomás e Marcelo Caetano. O Partido Comunista Português não partidário de uma política de vindicta, mas num momento em que ainda estão por apurar as responsabilidades nos crimes do regime deposto, esta medida não pode deixar de chocar profundamente a classe operária, os trabalhadores, todos os que sofreram durante quase 50 anos a repressão e a tirania fascistas³.

No dia 13 de Junho, numa reunião entre a JSN e o MFA, Spínola considerou estarem reunidas as condições para que lhe fossem atribuídos plenos poderes, atacando, em paralelo, a Comissão Coordenadora do MFA. O P.C.P. alerta:

A estratégia da contra-revolução condensa-se em seis direcções: 1) Dividir o movimento popular e quebrar a sua aliança com as Forças Armadas; 2) Criar dificuldades económicas, conduzindo o País a uma grave crise que levantaria

¹ M.I. Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 76.

² Cf. *Ibid.*

³ “Nota da Comissão Executiva do Comité Central do PCP”, 20-05-1974 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 20 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19740520.html>

amplios sectores da população contra o Governo Provisório; 3) Provocar dificuldades nas classes trabalhadoras e nas camadas médias e agudizar os conflitos sociais, criando um clima de desassossego, de intranquilidade e de anarquia; 4) Multiplicar as provocações políticas e os actos de diversão ideológica; 5) Ganhar posições nas novas estruturas para refrear a democratização na medida do possível; 6) Como resultante de todas estas formas de acção, criar condições para a formação de um “governo forte” das direitas com o objectivo de “restabelecer a ordem” política, social e económica, ou mesmo para um sangrento golpe contra-revolucionário⁴.

No seguimento destes ataques à Revolução em curso, e tentando continuar a política levada a cabo durante 48 anos, Spínola convoca, a 8 de Julho, um Conselho de Estado. O Primeiro-ministro, Palma Carlos, em conivência com o Presidente da República, apresenta um Projecto-Lei Constitucional no qual propõe não apenas a dissolução da JSN e do MFA e a elaboração de uma nova Constituição que substituísse o Programa do MFA, mas, igualmente, a atribuição ao Presidente da República do poder supremo sobre as Forças Armadas. Numa tentativa de defesa dos interesses económicos e políticos das *antigas elites*, Spínola, com o apoio de Palma Carlos, tentou, desta forma, elaborar um golpe de estado constitucional no qual o seu poder pessoal saísse reforçado. O Conselho de Estado recusa, porém, o Projecto-Lei apresentado. A este propósito, o Comité Central do P.C.P. faz a seguinte análise:

Em relação com a crise política actual, o Partido Comunista Português declara o seguinte:

1. A crise actual surgiu em resultado da iniciativa do primeiro-ministro Prof. Palma Carlos, que, sem consultar o Governo, propôs ao Conselho de Estado:

- a)** Eleição do presidente da República no prazo de três meses;
- b)** Referendo para aprovação duma Constituição Provisória com adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte até Novembro de 1976;
- c)** Amplos poderes ao primeiro-ministro.

Estas propostas, a serem aprovadas, significariam uma alteração radical do Programa das Forças Armadas (aprovado como Programa do Governo), a liquidação da indispensável colegialidade do governo de coligação e um retrocesso rápido e grave do processo de democratização.

O primeiro-ministro afirmou que pediria a demissão no caso de não serem aprovadas conjuntamente as suas três propostas⁵.

Ainda a 8 de Julho, é constituído o Comando Operacional do Continente (COPCON). Segundo Vasco Gonçalves:

⁴ “Nota da Comissão Executiva do Comité Central do PCP”, 17-06-1974 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 20 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cc19740617.html>

⁵ “Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP”, 10-07-1974 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 20 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19740710.html>

O COPCON foi criado para dispormos de uma força operacional para defender a jovem democracia das previsíveis ameaças à sua consolidação. Foi uma ideia que surgiu entre nós, antes do 25 de Abril, lembrando-nos da dramática experiência da primeira república e de que a ditadura fascista durara 48 anos. Tinha como núcleo duro as nossas tropas especiais, comandos, fuzileiros e pára-quedistas, com larga experiência na Guerra colonial. As unidades do COPCON eram as mesmas que existiam antes do 25 de Abril. Otelo foi escolhido pelos seus camaradas do MFA para comandante adjunto, na dependência do CEMGFA⁶.

O Primeiro-ministro tentará, ainda, passar uma lei semelhante ao Projecto-Lei apresentado ao Conselho de Estado no dia 8 de Julho, no Conselho de Ministros, a 10 de Julho. Uma vez mais recusada, três ministros vêm-se obrigados a pedir a demissão governamental assim como o próprio Primeiro-ministro. Num discurso pronunciado a 16 de Julho, Spínola apela à disciplina e à obediência e critica o facto de se pôr em causa a hierarquia militar nas Forças Armadas. A 18 de Julho toma posse o Segundo Governo Provisório, apoiado pela Comissão Coordenadora do MFA, e liderado pelo tenente-coronel Vasco Gonçalves.

Spínola continuará, porém, as suas tentativas de dissolução do MFA e de inversão da ordem posta em marcha a 25 de Abril de 1974. Recorrendo às imagens do medo e ao mito da conspiração, tão caros a Oliveira Salazar e a Marcello Caetano, Spínola apela a uma grande mobilização nacional da *Maioria Silenciosa*.

Em 25 de Junho, numa entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, Palma Carlos afirmou ser necessário que as maiorias silenciosas saíssem da sua comodidade e se pronunciassem abertamente. A 27 de Julho, Spínola vê-se forçado a anunciar o reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação e à independência. A relação de forças é, neste momento, desfavorável a Spínola.

Spínola começa, a partir de então, a elaborar um plano de extinção do MFA por via terrorista. É neste sentido que contacta o Comandante Alpoim Galvão e que surge o documento contra-revolucionário *Engrácia Antunes* ou *Hugo dos Santos*, no qual se defende o restabelecimento da hierarquia militar e o apoio claro à JSN. Na elaboração deste documento participaram o próprio Comandante do Estado-Maior do Exército (CEME), Jaime Silvério Marques, assim como oficiais afectos ao Presidente da República: os tenentes-coronéis Manuel Engrácia Nunes e Abel Cabral Couto, os majores Hugo dos Santos, Ramalho Eanes, Carlos Simas e Aurélio Trindade e o capitão António Ferreira, tendo tido o consentimento de Costa Gomes.

O ataque formal do MFA a esse documento e a consequente revisão da sua posição, pelo General Costa Gomes, isolam, porém, Spínola. Aquando do

⁶ M.M. Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução* (Entrevista), Lisboa, Notícias, 2002, p. 240.

reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, a 10 de Setembro⁷, Spínola apela aberta e publicamente a uma *marcha silenciosa* e a 11 de Setembro afirma o seu carácter anticomunista. Spínola apresenta-se, então, como o salvador que busca a saída ideal para Portugal, contrariamente ao animal das trevas, constantemente assimilado aos revolucionários, aos progressistas e aos comunistas.

A 25 de Setembro anuncia-se que a marcha se realizará no dia 28. A marcha dever-se-ia concentrar em Lisboa, em frente da Assembleia da República, e os manifestantes deveriam pedir ao Presidente a salvação do país do caos, do comunismo e do governo de Vasco Gonçalves:

1) A pretensa manifestação nacional da chamada “maioria silenciosa”, meticulosamente organizada e orquestrada à boa maneira da antiga ditadura fascista por conhecidos reaccionários e fascistas encapotados, é mais um passo preocupante na escalada das acções reaccionárias e da ofensiva da contra-revolução. 2) O PCP reafirma mais uma vez que a linha ofensiva da reacção apoia-se ideologicamente no anticomunismo mas visa, efectivamente, a liquidação de todo o processo de democratização e de descolonização em curso depois do 25 de Abril, visa os partidos e organizações antifascistas, assim como o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório. Não é por mero acaso que a propaganda abertamente reaccionária com vista à referida “manifestação” acusa o MFA e o Governo Provisório de desvios ao Programa do MFA. Assiste-se, assim, à ironia de ver os piores inimigos da Revolução de 25 de Abril, do Programa do MFA e de todo o processo de democratização e de descolonização decorrente desses acontecimentos arvorarem-se em arautos e defensores da “pureza” de todo este processo⁸.

Confiante na *marcha silenciosa* que deveria ter lugar, Spínola entra em confronto, a 27 de Setembro, com a Comissão Coordenadora do MFA assim como com o Primeiro-ministro e com o Comandante-adjunto do COPCON, também Comandante da Região Militar de Lisboa, o capitão Otelo Saraiva de Carvalho (n. 1936). Politicamente, a Revolução era atacada nas suas próprias fundações. A *marcha silenciosa* contava com o apoio das *elites* militares, económicas e políticas do *fascismo* (ou seja, da grande burguesia nacional associada ao capital estrangeiro) assim como com o apoio de certos partidos políticos: Partido do Progresso e Partido Liberal – movimentos políticos de ideologia fascista – e Partido da Democracia Cristã, Partido Popular Democrático (P.P.D.) e Centro Democrático e Social (C.D.S.). A 27 de Setembro, Spínola propõe a demissão do Primeiro-ministro, primeiro à JSN, depois ao Conselho de Ministros; este último opõe-se.

⁷ Ver “Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP”, 27-08-1974 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 10 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19740827.html>: “No dia 10 de Setembro será formalmente declarada a independência da República da Guiné-Bissau, dois dias antes da sua data nacional, que é, ao mesmo tempo, a do 50º aniversário do grande patriota e dirigente da luta do povo guinéu assassinado por mercenários a soldo do colonialismo, Amílcar Cabral.”

⁸ “Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP”, 24-09-1974 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 10 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19740924.html>

De forma a impedir a realização desta manifestação, é posta em marcha, durante a noite do dia 27 ao dia 28 de Setembro, uma intensa organização popular, com o apoio de diferentes forças democráticas. Grupos de Vigilância Antifascista distribuem comunicados e apelam a população a sair à rua. Nas entradas e nas saídas dos grandes centros urbanos (mormente, em Lisboa) organizam-se barragens humanas que impedem a entrada de veículos. No dia 28 de Setembro, é tornado público um comunicado da Presidência da República que considera inconveniente a realização da *marcha silenciosa* e a 29 de Setembro o Conselho de Estado recusa a proposta de Spínola de declarar o estado de urgência nacional. Consegue-se, desta forma, impedir a marcha e, conseqüentemente, a tentativa de golpe de Estado⁹:

A manifestação contra-revolucionária anunciada para o dia 28 saldou-se por uma nova e brilhante vitória das forças democráticas e do Movimento das Forças Armadas. De norte a sul do País, as massas populares, vigilantes, firmes e corajosas, cortaram o caminho à reacção e, aliadas aos militares, conduziram ao fracasso a grande manobra que, no seu desenvolvimento, visava a liquidação das liberdades e a instauração de uma nova ditadura¹⁰.

A 30 de Setembro, Spínola demite-se da função de Presidente da República, sendo substituído pelo General Costa Gomes. A esquerda militar e política ganhara esta batalha e Vasco Gonçalves é chamado a formar e a dirigir o terceiro Governo Provisório.

Tal correlação de forças, favorável à esquerda política e militar, não impede, porém, a coexistência de diferentes forças no interior das Forças Armadas. A complexidade e aprofundamento das diferentes posições político-ideológicas acelerou os inevitáveis confrontos quer no seio dos militares quer no seio da sociedade e dos órgãos de poder.

Uma terceira tentativa contra-revolucionária teve lugar a 11 de Março de 1975. Nesta data, Spínola liderou um *putsh* que teve como objectivo, uma vez mais, distanciar do poder o MFA e os seus aliados políticos.

Ora, desde o início da Revolução que a presença do MFA na vida nacional assumia uma importância crescente. Participando no Conselho dos Vinte ou Conselho Superior do MFA (que, nesta altura, reunia sete elementos da JSN, sete elementos da Coordenadora, o Comandante-adjunto do COPCON e cinco militares do MFA) - organismo político-militar de coordenação e definição das estratégias e linhas de actuação político-militares - e na Assembleia dos Delegados do MFA (AMFA) ou Assembleia dos Duzentos - órgão consultivo -, o MFA institucionalizara-se no plano político.

⁹ Os partidos de inspiração fascista que haviam apoiado a marcha silenciosa são proibidos assim como os seus periódicos. Os spinolistas formam, porém, um novo partido – MDLP (Movimento Democrático para a Libertação de Portugal) -, o qual treinaria militarmente alguns dos seus elementos na vizinha Espanha, caso se efectivasse uma guerra civil em Portugal. O MDLP seguirá, assim, a via terrorista.

¹⁰ “Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP”, 28-09-1974 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 10 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19740928.html>

A liderança do *putsch*¹¹, a cargo de Spínola, não partiu, desta vez, do interior do poder político, mas do exterior. O objectivo primordial consistia em afastar do poder político quer os militares revolucionários quer o P.C.P.. Aquele seria, então, reconquistado por Spínola que declararia o estado de emergência e adiaria as eleições (então programadas para o mês de Abril de 1975). O plano consistia em acusar a esquerda militar e política da organização de uma acção de terror, denominada pelos *putshistas* de *Matança da Páscoa*.

Afirmando defender a verdadeira revolução, os *putshistas* atacam (com aviões da Base Aérea nº 3) e organizam o cerco (com tropas do Regimento de Caçadores Pára-quedistas de Tancos) do RAL1 de Lisboa - Regimento da Artilharia Ligeira 1 -, considerado um regimento-chave do MFA. Os pára-quedistas trazem a ordem de exigir a capitulação do regimento. Porém, o comandante do regimento de Lisboa, Diniz de Almeida, recusa o *ultimatum* apresentado pelos pára-quedistas. Entretanto, informada, via rádio, do cerco ao RAL1, e graças ao apelo da Intersindical à mobilização popular, uma parte da população de Lisboa cerca o regimento, enquanto os comandantes de ambas as partes em conflito discutem. Compreendendo que haviam sido manipulados por forças que pretendiam travar o curso da Revolução, os pára-quedistas depõem as armas. Uma vez mais, uma tentativa de golpe de Estado havia sido travada. Spínola vê-se obrigado a fugir do país e instala-se na capital da Espanha franquista:

Falhado o *putsch* de Março, escapuliu-se para Espanha. Estende o mapa da conspiração, buscando suportes no Brasil, na Suíça, na Alemanha. É banido das Forças Armadas. Patrocina a criação do ELP/Exército de Libertação de Portugal, organização de cariz terrorista, chefiada por Barbieri Cardoso, subdirector da ex-PIDE/DGS. Tutela, de seguida, o MDLP/Movimento Democrático de Libertação de Portugal, com o mesmo programa. Ambas as organizações se treinam e acoitam na Espanha de Franco. Contam com cumplicidades militares, partidárias, empresariais, clericais. Mário Soares legendou a maquinação incendiária e sangrenta da extrema-direita como *indignação genuína*. Segundo revelação de Guenter Wallraff (Imprensa, Março de 2010), jornalista que o entrevistou, fazendo-se passar por traficante de armas, António Spínola tencionava *eliminar fisicamente* os adversários. O saldo de terror aponta para mais de uma centena de atentados a instalações da Esquerda partidária, sindical, social, cultural, a residências e viaturas, bem como à embaixada de Cuba¹².

Na sequência do *putsch* do 11 de Março, a JSN e o Conselho de Estado são dissolvidos (14 de Março de 1975) e substituídos pelo Conselho da Revolução (CR) – órgão executivo com poderes militares que tem como função dirigir a Revolução, assegurando o cumprimento do Programa do MFA e das leis constitucionais -, enquanto o MFA é institucionalizado. É, igualmente, criado, o Serviço Director e Coordenador da Informação (SDCI), cuja função consistia

¹¹ Cf. A. Cunhal, *A Verdade e a mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Avante!, 1999, p. 168: «Putsch – palavra que significa a tomada do poder político por uma acção meramente militar, através da qual os insurrectos conquistam o controlo e o comando das forças armadas».

¹² César Príncipe, “Comemorações da República” [em linha], Resistir.info (Portugal). Acedido em 20 de Março de 2012, em: http://resistir.info/portugal/comemoracoes_republica.html

em detectar acções contra-revolucionárias: «Bom, apesar de tudo o que por aí se diz sobre a acção tenebrosa do SDCI, é importante esclarecer que se tratava de um órgão do CR, chefiado por três dos seus elementos e criado após o 11 de Março»¹³.

Apesar da ajuda estrangeira - «A notícia da preparação do golpe chegou ao estrangeiro. Noticia-se na imprensa estrangeira que o vice-director da CIA, general Vernon Walters, encarou em Madrid “um golpe para Portugal, do tipo chileno” (artigo da revista *Extra* de Berlim Ocidental, citado in *Dossier Carlucci/CIA*, Edições «Avante!», Lisboa, 1978, p. 52)»¹⁴ - a Revolução resiste. A preparação de uma intervenção estrangeira em Portugal assumiu, desde o início da Revolução, diferentes contornos. Assim, em Fevereiro de 1975, o P.C.P. alertava:

Enquanto Portugal fizer parte da NATO, são inevitáveis manobras com participação portuguesa. Entretanto, no presente momento político, tem de considerar-se completamente inoportuna a realização de manobras da NATO em Portugal. Numa situação caracterizada por certa tensão, por uma campanha de calúnias procurando fazer crer na iminência de um «golpe comunista» e de «guerra civil», a vinda a Portugal de forças navais da NATO e exercícios que incluem bombardeamentos aéreos simulados, levantam na população justificadas apreensões. Objectivamente consideradas, as manobras aparecem como uma forma de pressão na situação política portuguesa.

Ainda em 1975, Spínola nega a tentativa de golpe de Estado do dia 11 de Março, acusando, ao contrário, o P.C.P. de uma provocação e montagem política. Rosa Coutinho, por seu lado, ex-Conselheiro da Revolução, confirma que o 11 de Março fora a resposta spinolista à institucionalização do MFA¹⁵. Através de um Comunicado da Comissão Política, o P.C.P. elabora a seguinte análise:

A tentativa de golpe militar de 11 de Março culmina, numa forma lógica, previsível e prevista, numa ampla ofensiva da reacção, que encontrou no seu desenvolvimento o apoio tanto de oportunistas de direita como de esquerdistas. A feroz campanha anticomunista, uma monstruosa intriga anti-MFA, a intensificação da sabotagem económica, a multiplicação de actos de violência e anarquia, o esforço para agudizar artificialmente os conflitos sociais, os golpes de mão em sindicatos e escolas, a cobertura organizada por parte de meios de informação nacionais e estrangeiros, as frenéticas actividades de elementos reaccionários e conservadores para ocupação de posições tanto nas forças armadas como no movimento popular (empresas, sindicatos, escolas, etc.), prepararam o terreno para o golpe¹⁶.

¹³ M.M. Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução*, op. cit., p. 272

¹⁴ A. Cunhal, *A Verdade e a mentira na Revolução de Abril*, op. cit., p. 172.

¹⁵ Ver. M.I. Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, op. cit., p. 131.

¹⁶ “Comunicado do Comité Central do PCP”, 19-03-1975 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 10 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19750319.html>

Começam, finalmente, no mês Março, as nacionalizações. O decreto-lei 132-A/75 de 14 de Março do Conselho da Revolução determina a nacionalização de todas as instituições de crédito com excepção das Caixas Económicas, das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e das instituições estrangeiras¹⁷ e a 15 de Março de 1975 são nacionalizadas todas as companhias de Seguros. A 26 de Março de 1975 toma posse o Quarto Governo Provisório (igualmente liderado por Vasco Gonçalves) que organiza e enquadra legalmente as primeiras ocupações de terras, no sul do país, e a nacionalização da Banca e dos Seguros:

O IV Governo, constituído na sequência do 11 de Março e após a institucionalização do Conselho da Revolução e Assembleia do M.F.A., funcionou em sistema de coligação partidária que veio a revelar-se inviável. Foi contudo na sua vigência que foram adoptadas e concretizadas as medidas de mais profunda transformação social e económica na lógica irreversível do avanço para o socialismo, medidas tomadas sob a orientação e directiva dos órgãos de maior responsabilidade revolucionária (Programa do V Governo Provisório)¹⁸.

Implementava-se, assim, uma política de transição para o socialismo que se traduzia pela gradual substituição de uma economia capitalista monopolista:

O Partido Comunista Português manifestou o seu completo apoio às medidas de nacionalização, de Reforma Agrária e de preços adoptados pelo Governo Provisório na sua reunião de 15 de Abril de 1975, medidas que se integram nas históricas decisões do Conselho da Revolução no sentido de «reconstruir a economia por uma via de transição para o socialismo¹⁹.

A 25 de Abril de 1975 têm lugar as primeiras eleições legislativas livres²⁰. Rosa Coutinho, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho reiteraram, contudo, publicamente, a sua determinação de que o MFA deveria continuar a liderar a Revolução. Os dois partidos políticos mais votados (P.S. e P.P.D.) pretendiam, ao invés, o fim do processo revolucionário e o estabelecimento de uma ordem que lhes permitisse exercer plenamente o controlo governativo, ao serviço da classe que os sustinha. O objectivo era, deste modo, travar a Revolução e instituir uma organização sociopolítica ao serviço da oligarquia financeiro-política nacional. Os dirigentes do P.S. e P.P.D. marcarão, a partir de então, a luta contra-revolucionária.

O extremar de posições no seio dos meios militares e das organizações políticas

¹⁷ M.M. Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução*, op. cit, p. 142.

¹⁸ *Ibid.*, p. 142.

¹⁹ “Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP”, 16-04-1975 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 10 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19750416.html>

²⁰ Partido Socialista (P.S.) (37,9%), Partido Popular Democrático (P.P.D.) (26,4%), P.C.P. (12,5%), Centro Democrático e Social (C.D.S.) (7,6%), Movimento Democrata Português - Comissão Eleitoral Democrática (M.D.P.-C.D.E.) (4,1%) e União Democrática e Popular (U.D.P.) (0,7%)

O Partido Socialista (P.S.) e o Partido Popular Democrático (P.P.D.) afastam-se claramente do processo revolucionário, defendendo o restabelecimento de uma ordem não revolucionária, na qual um sistema de representação política burguesa (ao serviço, portanto, do capital nacional associado ao capital transnacional) substitua a dupla poder popular-MFA. Nesse sentido, a 1 de Maio de 1975, o P.S. descredibiliza as comemorações do Dia do Trabalhador organizadas pela CGTP e apoiadas pelo Partido Comunista Português (P.C.P.), pelo Movimento de Esquerda Socialista (M.E.S.), pelo Movimento Democrata Português - Comissão Eleitoral Democrática (M.D.P.-C.D.E.) e pela Frente Socialista Popular (F.S.P.). O P.C.P., por seu lado, acusa o P.S. de desencadear uma vasta e histórica acção contra o Conselho da Revolução, o Governo e o processo democrático. Numa acção contra-revolucionária, o P.S. rompe com o poder militar:

Hoje, dia 22 de Maio, o PCP foi surpreendido pela decisão dos dirigentes do PS de deixarem de participar no Conselho de Ministros enquanto não forem aceites determinadas condições. Esta decisão aparece inserida numa vasta e histórica acção do PS contra a Política e as medidas progressistas do Conselho da Revolução e do Governo Provisório, contra o processo democrático, contra as forças revolucionárias, contra o MFA. De momento, o PS toma como pretexto o conflito dos trabalhadores com a direcção da República. Mas essa acção vem de trás, intensificara-se depois do 11 de Março e das medidas progressistas tomadas pelo Conselho da Revolução, tendo sido tentada uma grande operação divisionista no 1º de Maio²¹.

A 27 de Maio de 1975 é tornado público o documento dos Operacionais do Comando Operacional do Continente (COPCON) - também chamado *Ultimato do COPCON* -, saído de uma reunião entre os comandantes e delegados do MFA das unidades do COPCON da Região Militar de Lisboa (RML). Os oficiais ali presentes concentram plenos poderes em Otelo Saraiva de Carvalho. Neste mesmo dia, a Rádio Renascença (propriedade da Igreja) é ocupada pelos seus trabalhadores e transforma-se na *Rádio Renascença ao Serviço dos Trabalhadores*, sendo as emissões organizadas e feitas pelos próprios. A Igreja Católica riposta e, entre Julho e Agosto de 1975, é criada uma frente católica que, em colaboração com forças políticas contra-revolucionárias, tenta reverter o andamento do processo revolucionário. É o próprio Mário Soares que afirma esta união:

Segundo Mário Soares, em alguns encontros particulares que teve com o cardeal-patriarca “num lar de religiosas situado perto do Largo das Duas Igrejas”, ter-lhe-á pedido que “através das diversas organizações religiosas, das missas, dos sermões, dos padres, a Igreja apelasse a que as pessoas estivessem presentes nas nossas manifestações”. Como revela, esta estratégia teve os seus frutos porque, reconhece, “por si só, os socialistas jamais poderiam ter tido centenas de milhares de pessoas mobilizadas nas ruas...”²².

²¹ «Comunicado da Comissão Política do Partido Comunista Português», 22-05-1975 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 12 de Março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/cp19750522.html>

²² M.I. Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, op. cit., p. 201.

Esta união da Igreja com o líder do PS vai estar na dianteira da contra-Revolução, estando na raiz das vagas de assaltos às sedes do P.C.P. que se verificou, sobretudo, no Norte e no Centro do país. O dia 13 de Julho marca o início deste ataque sem precedentes à organização de massas comunista. Ora, apesar de vários dos assaltos se terem seguido a manifestações religiosas, Mário Soares nega, hipocritamente, a intervenção da Igreja neste processo²³. Já Alpoim Galvão, responsável pela secção armada do Movimento Democrático para a Libertação de Portugal (M.D.L.P.), reconhece o envolvimento deste partido no ataque que se efectuou às sedes comunistas.

Por seu lado, o MFA, apesar de divergências internas, tenta resistir aos ataques daqueles que pretendem travar o processo revolucionário. Reunida a 8 de Julho, a Assembleia do MFA aprova a proposta de um reforço da Aliança Povo-MFA, através da ligação do MFA às organizações populares; é, assim, aprovado o documento-guia *Aliança Povo-MFA: Pela construção de uma sociedade socialista em Portugal*:

Torna-se necessário aproveitar, concretamente, esta realidade fundamental, aliança Povo-MFA, estimulando-a e apoiando-a para a defesa e dinamização da Revolução em curso. A defesa e dinamização da Revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas: a) Fomentar a participação revolucionária das massas, no sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular; b) Defender a Revolução dos ataques das forças reaccionárias, através de uma consciencialização profunda das exigências do processo e da criação de organismos de defesa; c) Vencer a batalha da economia²⁴.

Esta proposta tem o apoio de Vasco Gonçalves e do P.C.P.. Em Lisboa, inicia-se uma vaga de grandes manifestações que se prolongam até ao dia 17 de apoio ao *Documento Guia POVO/MFA* e de apelo ao reforço do Poder Popular de Base.

A 14 de Julho, sectores da oposição federal alemã exigem que o auxílio económico concedido pelo Governo alemão a Portugal seja invalidado. A intervenção estrangeira assumia, claramente, os seus objectivos políticos. Frank Carlucci²⁵, nomeado embaixador dos Estados Unidos em Portugal, a 17 de Janeiro de 1975, admitiu, aliás, que todas as actividades da CIA no país, durante o Verão Quente de 1975, haviam sido coordenadas directamente por ele:

²³ Cf. *Ibid.*, p. 200.

²⁴ *Aliança Povo-MFA: Pela construção de uma sociedade socialista em Portugal*, ASSEMBLEIA DO MFA de 8-07-1975, Centro de Documentação do 25 de Abril. Centro de Documentação do 25 de Abril [em linha]. Coimbra (Portugal): Universidade de Coimbra. Acedido em 12 de Março de 2012, em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol17>

²⁵ Em 1978, durante o mandato de Jimmy Carter, Frank Carlucci foi nomeado director-adjunto da CIA. Entre 1987 e 1989, foi nomeado Secretário de Estado da Defesa, sob a presidência de Ronald Reagan.

Com um Governo em que participavam ministros comunistas, os Estados Unidos receavam pela segurança dos segredos militares da NATO, tendo equacionado o cenário de expulsão ou *quarentena* da Aliança Atlântica.

Num país à beira da guerra civil, no Verão Quente, os autores consideram que o PS, liderado por Mário Soares, chegou mesmo a «pedir ajuda militar» - pedido esse recusado - e que só terá chegado passado o 25 de Novembro, com a entrega de material para a tropa de choque²⁶.

Temendo o caminho socialista que o país tomava, recusando, gradualmente, transformações revolucionárias que eliminariam o poder político e económico do Capital e anuindo às pressões estrangeiras, em particular da CIA e de Franck Carlucci, os elementos do Partido Socialista e do Partido Popular Democrático no governo abandonam-no, a 17 de Julho de 1975. Com esta atitude, fortemente condenada pelo Conselho da Revolução, os membros demissionários pretendiam desestabilizar o IV governo. Ainda a 17 de Julho, o Governo francês veta auxílio a Portugal «por receio de estar a subsidiar uma aliança socialista-comunista»²⁷ e o Conselho de Chefes de Estado e de Governo lança a Portugal um ultimato: «a Comunidade Económica Europeia, tendo em conta a sua tradição política e histórica, só pode dar o seu apoio a uma democracia pluralista»²⁸.

Nos dias 18 e 19 de Julho, o P.S. organiza um comício no Estádio das Antas, no Porto, e outro na Fonte Luminosa, em Lisboa. No primeiro, Mário Soares afirma «Estamos aqui dezenas de milhares apesar dos boatos alarmistas desses irresponsáveis da Intersindical e dessa cúpula de paranóicos que é o Comité Regional do Norte do Partido Comunista»²⁹ e, no segundo, exige a demissão de Vasco Gonçalves, ameaçando paralisar o país. Aprofunda-se, assim, a luta ideológica, com o P.S. ao serviço da grande burguesia e da contra-Revolução. O P.C.P., o M.E.S, o P.R.P-B.R. e o M.D.P.-C.D.E. apelam, por seu lado, à mobilização popular para travar a reacção. A 19 de Julho inicia-se, na Quinta Divisão, a campanha de apoio a Vasco Gonçalves: edita-se, então, o cartaz (de João Abel Manta), *MFA/VASCO/POVO* e surge a canção *Força, força, companheiro Vasco*.

A 23 de Julho é feita uma Reunião de Delegados da Armada de Infantaria na qual participa Vasco Lourenço. As decisões desta reunião serão aprovadas por oficiais do Quadro Permanente da Região Militar do Norte (RMN), que emitem um documento no qual criticam Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves (cuja substituição pretendem), a Quinta Divisão (pedindo a sua dissolução) e Diniz de Almeida (Comandante da Região de Artilharia de Lisboa 1), cuja punição é solicitada por ter participado na manifestação do dia 17 de Julho. Propõem, igualmente, que a Assembleia do MFA seja considerada, apenas,

²⁶ «Livro revela que Frank Carlucci comandou actividades da CIA», *Público* [em linha], 22-09-2008. Acedido em 22 de Janeiro de 2009, em: http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/livro-revela-que-frank-carlucci-comandou-actividades-da-cia-em-portugal-em-1975_1343564

²⁷ Centro de Documentação do 25 de Abril [em linha], Coimbra (Portugal), Universidade de Coimbra. Acedido em 9 de Março de 2012, em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarJulho75>

²⁸ *Ibid.*

²⁹ M. Soares cit. por *Ibid.*

como órgão consultivo e exigem que as votações nas assembleias militares sejam feitas por voto secreto. No seio do MFA, as contradições acentuam-se.

A 24 de Julho reúne o futuro *Grupo dos Nove*, em casa de Gomes Mota, onde é decidido elaborar um documento para ser lido na Assembleia do MFA do dia seguinte (o que não vem a acontecer). A 25 de Julho, nessa mesma Assembleia, ausentam-se Melo Antunes, Vítor Crespo, Vítor Alves, Costa Neves e Sousa e Castro, havendo um duro confronto entre, por um lado, Vasco Gonçalves e, por outro, Vasco Lourenço, Franco Charais e Pezarat Correia. Nesta Assembleia discutia-se a proposta do Conselho da Revolução de criar um Directório político-militar restrito para fazer face à Revolução em curso. A Assembleia ratifica a sua criação, apesar da oposição do grupo que viria a constituir o *Grupo dos Nove*.

A 29 de Julho é publicado o decreto-lei que estipula e institucionaliza a Reforma Agrária.

A 6 de Agosto, Vasco Lourenço encontra-se com Costa Gomes, não havendo entendimento relativamente a um documento que aquele apresentara ao segundo. A 8 de Agosto, Costa Gomes dá posse ao Quinto Governo Provisório e o *Grupo dos Nove* torna público o seu documento, que ficaria conhecido como *Documento dos Nove*:

Sem o mínimo de «unidade de comando» a direcção política revelar-se-á cada vez mais fluida, vagando perdida no mar encapelado de decisões arbitrárias dum a 5.^a Divisão do EMGFA, dum a Assembleia do MFA, de Assembleias de militares «ad-hoc» reunidas imprevista e misteriosamente, de Gabinetes de Dinamização, do Conselho da Revolução, do COPCON, de Sindicatos, etc. Ao Governo, nestas condições, que espaço de manobra lhe resta e com que autoridade actua? nenhuns planos poderão ser coerentemente concebidos e aplicados sem um Governo que, por um lado, não deixa margem para dúvidas quanto à sua capacidade de execução do projecto político global definido pelo MFA e que, por outro, seja revestido da autoridade necessária para se fazer obedecer³⁰.

Esta facção do MFA era constituída por nove militares³¹, conselheiros da Revolução, que se haviam oposto ao documento político do MFA, *Aliança Povo-MFA: Pela construção de uma sociedade socialista em Portugal*. O Documento dos Nove foi atacado pela esquerda militar, sobretudo por ter surgido, segundo Vasco Gonçalves, «à margem de todas as estruturas institucionais do MFA, pois não foi apresentado para discussão interna nem ao Directório, nem ao CR [Conselho da Revolução], nem à Assembleia de Delegados do MFA»³² e por ter sido entregue «ao Presidente da República e

³⁰ “Documento dos Nove”, 7-08-1975, Centro de Documentação do 25 de Abril [em linha], Coimbra (Portugal), Universidade de Coimbra. Acedido em 9 de Março de 2012, em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ddn5>

³¹ Grupo dos Nove: Brig. Francisco Charais, Brig. Francisco Pezarat Correia, Maj. Melo Antunes, Maj. Costa Neves, Maj. Canto e Castro, Cap. De Fragata Vítor Crespo, Cap. Vasco Lourenço, Cap. Sousa e Castro, Maj. Vítor Alves.

³² M.M. Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: um General na Revolução op. cit.*, p. 203.

ao comandante do COPCON, no mesmo dia em que era divulgado nos jornais e na rádio, e ainda posto a circular nas unidades para recolha de assinaturas, procurando, certamente, explorar a falta de politização da generalidade dos militares e da nossa população»³³.

Gradualmente, o número de subscritores aumenta, entre eles o capitão Salgueiro Maia e o tenente-coronel Ramalho Eanes. A contra-revolução contrataca. Será, porém, um dos próprios organizadores do documento, Melo Antunes, quem afirmaria, mais tarde, a deslealdade daquele: «Estávamos numa confrontação, numa luta pelo poder, claro que era um acto de subversão, que nada tinha a ver com a ética militar. A essa luz é absolutamente condenável»³⁴. Por seu lado, Vasco Gonçalves afirma:

[O] documento tinha, quanto a mim, um objectivo fundamental: pôr fim ao processo revolucionário, às transformações económicas, sociais e políticas a caminho do socialismo. É centrado, na melhor das hipóteses, num conceito de terceira via para Portugal e exprime um pensamento de esquerda da pequena e média burguesia, bem como os seus receios em relação à ascensão da classe operária, em geral, e do Partido Comunista, em particular³⁵.

O Quinto Governo Provisório toma posse a 8 de Agosto de 1975, apoiado pelo P.C.P., M.D.P.-C.D.E., independentes e militares. Não o apoiavam, portanto, nem o P.S., nem o C.D.S. nem o P.P.D., ao serviço que estavam daqueles que, durante 48 anos, haviam detido o poder político e económico em Portugal: «o Quinto Governo provisório foi o mais revolucionário que até hoje existiu no nosso país»³⁶.

Entretanto, as divisões já existentes desde o início da Revolução acentuam-se no interior das Forças Armadas. Relativamente a esta questão, Vasco Gonçalves afirma:

Sempre insisti em fazer o entendimento dentro do Movimento das Forças Armadas. A minha posição era esta: “Façamos as Assembleias do MFA para discutir todos esses assuntos, para ver qual é a decisão, e respeitá-la-ei escrupulosamente. Entretanto o Governo vai governando, não cai o poder no vazio, o Quinto Governo continua a trabalhar até que cheguem a uma conclusão”. Mas houve sempre oposição a isto, o próprio Costa Gomes também se opôs e julgo que igualmente o Fabião [Chefe do Estado-Maior do Exército], por influência do grupo dos Nove, que não queria essas reuniões. [...] A modificação da relação de forças, num sentido favorável aos Nove, ainda não estava definida [...]. Daí o receio que os Nove tinham das assembleias do MFA, porque sabiam que a Marinha não alinhava com eles e nas assembleias dos outros ramos também havia muita gente que não os apoiava³⁷.

³³ *Ibid.*, p. 204.

³⁴ Melo Antunes cit. por M.M. Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: um General na Revolução op. cit.*, p. 204.

³⁵ Vasco Gonçalves in *Ibid.*, p. 204-205.

³⁶ *Ibid.*, p. 221.

³⁷ *Ibid.*, p. 233.

O P.S., apoiante do *Documento dos Nove*, exige, entretanto, a demissão do Governo Provisório. Num clima político de tensão exponencial, o P.C.P. não cessa de condenar a campanha nacional e internacional que visava a divisão do MFA e a formação de um executivo de *direita*³⁸.

Face à repercussão do *Documento dos Nove*, a nível militar e civil, Otelo Saraiva de Carvalho propõe uma alternativa a esse documento, o qual, segundo o próprio, «rejeitando a democracia popular e muitas das conquistas dos trabalhadores, se transformava num paliativo de direita, facilitando assim a recuperação do capital e do fascismo»³⁹. Surge, então, a 12 de Agosto⁴⁰, o Documento do COPCON intitulado *Autocrítica revolucionária do COPCON e proposta de trabalho para um programa político*⁴¹, redigido por Mário Tomé e apoiado pelas organizações P.R.P./BR (Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias), M.E.S. (Movimento de Esquerda Socialista) e U.D.P. (União Democrática e Popular) e, mais tarde, pela Quinta Divisão. Dois dias depois, Otelo Saraiva de Carvalho e representantes do Grupo dos Nove iniciam uma série de reuniões tendentes à elaboração de um documento de convergência do *Documento dos Nove* e do *Documento do COPCON*. Otelo Saraiva de Carvalho, gradualmente, aproxima-se da contra-revolução em preparação. Intensificam-se, igualmente, os contactos entre o P.S. e o *Grupo dos Nove*. Otelo Saraiva de Carvalho elabora, neste contexto, um plano político com o *Grupo dos Nove* e rompe com Vasco Gonçalves. Este afirma:

Não, Costa Gomes nunca convidou Otelo para Primeiro-ministro [do Quinto Governo Provisório]. Surgiu a ideia, quando se estava nas diligências para a constituição do Quinto Governo, de Otelo ser o vice-Primeiro-ministro, e eu concordei, por achar que podia dar mais força ao Governo. Isto foi falado com ele antes da sua partida para Cuba e, em princípio, aceitou. Depois (é uma pessoa volúvel no plano das ideias e dos procedimentos políticos), quando regressou já não quis. Penso que houve diligências do Grupo dos Nove com quem ele tinha relações mais estreitas do que comigo. Aquilo que unia mais Otelo ao Grupo dos Nove (sobretudo aos elementos do Exército) era o facto de serem mais ou menos do mesmo tempo da escola do Exército ou da Academia Militar, assim como, também, a oposição à minha pessoa e os tais preconceitos anticomunistas. Otelo era um homem com uma espécie de anticomunismo que, se não era primário, andava lá muito perto⁴².

O P.S., reinvestindo a imagem do herói tradicional e utilizando o mito do medo e da conspiração comunista, defende, então, a formação de um governo de Salvação Nacional sob a égide de Costa Gomes e, a 15 de Agosto, juntamente

³⁸ «Nota do Comité Central do PCP», 11-07-1975 [em linha], Portugal: Partido Comunista Português. Acedido em 20 de março de 2012, em: <http://www.pcp.pt/actpol/temas/25abril/30anos/index.htm>

³⁹ O.S. (de) Carvalho cit. por Centro de Documentação do 25 de Abril [em linha], Coimbra (Portugal), Universidade de Coimbra. Acedido em 9 de Março de 2012, em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarAgosto75>

⁴⁰ Foi, igualmente, a 12 de Agosto que no assalto à sede do PCP, em Viseu, se registaram um morto e quatro feridos graves.

⁴¹ Disponível em:

http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01130351j.html#conteudo

⁴² M.M. Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: um General na Revolução*, op. cit., p. 212-213.

com o P.P.D., realiza uma manifestação de apoio ao *Grupo dos Nove*. Entretanto, o *Grupo dos Nove* desenvolve contactos com os comandantes das Regiões Militares do Centro (RMC) e do Sul (RMS) para o que são destacados, respectivamente, Sousa e Castro e Ramalho Eanes. Estes deveriam estudar um plano das operações militares que previa, em última instância, a deposição pelas armas do Presidente da República, caso se opusesse à demissão de Vasco Gonçalves. Isolado, o Quinto Governo Provisório demite-se a 6 de Setembro de 1975 (quatro semanas após a sua formação):

Havia uma pressão muito grande. Quer dizer, todo aquele mês foi de uma grande pressão sobre mim, para que me demitisse, mas é claro, eu nunca me demitiria. O próprio Otelo chegou a dizer ao general Costa Gomes: “O nosso general só demitido, porque ele é um revolucionário, não se demite, portanto eu demitia-o”. Mas Costa Gomes não queria fazê-lo, talvez porque pensasse que isso poderia causar certa perturbação entre o MFA e a população ou, pelo menos, entre certos sectores. E talvez porque estivesse à espera de que houvesse condições subjectivas para a minha demissão, de modo a que esta não aparecesse como pura decisão sua. [...] Bom, mas o certo é que, ao fim e ao cabo, Costa Gomes, se pendia para algum lado, era para o dos moderados, não para o meu⁴³.

Porém, após a demissão de Vasco Gonçalves, como Primeiro-ministro, Costa Gomes nomeia-o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) (que, assim, deixava de estar sob a chefia do Presidente da República). Ainda em Agosto, é publicado, pelo M.D.L.P., e largamente difundido pelo país, um folheto de seis páginas que inclui uma carta dirigida por António de Spínola ao Presidente da República, general Costa Gomes, anunciando «uma cruzada branca contra as hostes vermelhas»⁴⁴ enquanto Frank Carlucci, mantendo contactos com o *Grupo dos Nove*, se desloca, frequentemente, aos EUA, para informar as autoridades americanas sobre a evolução política em Portugal. Estas viagens regulares manter-se-ão ao longo do mês de Setembro. Ganha, crescentemente, forma a união CIA-PS-PPD-Grupo dos Nove (com o apoio tácito de Otelo Saraiva de Carvalho) com vista à organização de um golpe contra-revolucionário que impeça a construção de uma organização socialista em Portugal.

A 2 de Setembro, em Tancos, numa Assembleia do Exército, é rejeitada a nomeação de Vasco Gonçalves CEMGFA. Segundo o próprio:

A decisão não foi tomada a título provisório, mas também não foi pacífica. De resto, já antes de 2 de Setembro começou a haver uma grande movimentação para que não se concretizasse. O Partido Socialista reagiu imediatamente e até evocou a NATO: “Como pode um comunista estar à frente das Forças Armadas, num país da NATO?...”, e coisas do género. Surgiram outras reacções idênticas e depois, na assembleia de 2 de Setembro, foi mesmo feita uma proposta por alguém do grupo dos Nove no sentido de não me aceitarem

⁴³ *Ibid.*, p. 245.

⁴⁴ MDLP cit. por Centro de Documentação do 25 de Abril [em linha], Coimbra (Portugal), Universidade de Coimbra. Acedido em 9 de Março de 2012, em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarAgosto75>

para o cargo. De resto, eles prepararam e manipularam as nomeações de delegados e dominaram completamente essa assembleia, presidida pelo Fabião. Mas devo dizer que tudo isso, para mim, foi uma grande surpresa, porque nunca pensei que houvesse dentro das Forças Armadas uma reacção dessas, que eu considerava um acto grave de indisciplina face a uma decisão do Presidente da República e do Directório⁴⁵.

Essa decisão é reafirmada na assembleia do MFA de 5 de Setembro, na qual «o Exército e a Força Aérea estavam unicamente representados pelos respectivos chefes de Estado-Maior [...]. Nestas condições, classifiquei a assembleia de *uma palhaçada*»⁴⁶. Vasco Gonçalves acaba por renunciar ao cargo.

A 13 de Setembro, Spínola regressa do seu exílio no Brasil. A imprensa internacional refere que no Norte de Portugal e na Espanha, o E.L.P. (Exército de Libertação Popular)⁴⁷ e o M.D.L.P continuam a organizar-se com vista a um possível contragolpe de direita⁴⁸.

A 19 de Setembro toma posse o Sexto Governo Provisório, liderado pelo vice-almirante Pinheiro de Azevedo, que, numa tentativa de travar a Revolução em curso, tenta inverter o processo de ocupações. Assiste-se, igualmente, ao aumento da escalada terrorista do M.D.L.P. e do E.L.P., com ataques a gestores de Unidades Colectivas de Produção e a Centros de Trabalho do P.C.P.: «Segundo Corvacho, o E.L.P. era formado e constituído por ex-inspectores e ex-agentes da PIDE, agentes dos serviços secretos com experiência em golpes de direita na América Latina e estava ligado a empresas controladas em Espanha por conhecidos oficiais nazis refugiados»⁴⁹.

Neste contexto, as forças de esquerda perdiam, gradualmente, posições no aparelho político e militar⁵⁰ e as divergências político-ideológicas continuavam a acentuar-se. Portugal encontrava-se dividido e em plena crise política e

⁴⁵ M.M. Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: um General na Revolução*, op. cit., p. 250.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 254.

⁴⁷ Fundado pelo antigo subdirector da PIDE, Barbieri Cardoso.

⁴⁸ Ver http://dossiers.publico.pt/25novembro/artigos_relacionados/mdlp_ps.html: “Alpoim Calvão, um oficial da Marinha que se tornou lendário pela ousadia das suas actuações no teatro da guerra colonial, fundou, a seguir ao 11 de Março, o MDLP, que teve como bandeira o general Spínola. Calvão afirma que, na origem deste movimento aglutinador das forças da direita e da extrema-direita durante o PREC, esteve o PS, porque o MDLP resultou de um pedido de ajuda do PS aos spinolistas, a seguir ao 28 de Setembro, para que se criasse, na área militar, uma força que se opusesse ao PCP. Depois do 25 de Novembro, o MDLP auto-extinguiu-se, porque a democracia foi restaurada, garante o seu criador e líder. Mas o ódio de Alpoim Calvão ao PCP não desapareceu [...] em Portugal vivia-se uma espécie de ressaca do "Verão quente". Continuavam os atentados. E foi este ano, de 1976, que maior contributo deu para as acções de terrorismo que ocorreram em Portugal entre Outubro de 1974 e Fevereiro de 1977. Um relatório da Polícia Judiciária Militar regista 453 acções terroristas. E algumas foram da maior gravidade. Em Abril de 1976 foi assassinado o padre Maximiano de Sousa. Semanas depois, rebentou uma bomba na embaixada de Cuba e morreram dois funcionários diplomáticos. A 1 de Maio explodiu um carro armadilhado junto à sede do PCP, na Avenida da Liberdade, e morreu um jovem que ia a passar. Em S. Martinho do Campo, Santo Tirso, foi morta uma mulher, Rosinda Teixeira, também na sequência da detonação de uma carga explosiva”.

⁴⁹ A. Cunhal, *A Verdade e a mentira na Revolução de Abril*, op. cit., p. 195.

⁵⁰ Ver *Ibid.*, p. 184-201.

institucional: por um lado, a esquerda política, militar e revolucionária, por outro, os sectores mais conservadores da sociedade, aspirando a reformas e não a revoluções, assim como os defensores da antiga ordem e valores, ao serviço do Capital.

O processo revolucionário foi, por conseguinte, o resultado de uma luta constante entre facções e ideologias com diferentes objectivos político-sociais: por um lado, o PCP e os sectores mais progressistas do Exército e da população aspiravam a uma democracia em Portugal ao serviço de todos os trabalhadores, por outro lado, o PS e o PPD, com o apoio da grande burguesia nacional e estrangeira, pretendiam a constituição de uma organização política ao seu serviço e por ela dominada.

A 25 de Setembro, o jornal *The New York Times* afirma que, segundo fontes oficiais em Washington, o governo norte-americano, na sequência da cimeira da NATO (North Atlantic Organization), de 30 de Maio, em Bruxelas, e depois de consultados os governos oeste-europeus, havia decidido associar-se no apoio ao P.S.. Segundo este jornal, os fundos americanos estavam a ser canalizados pela C.I.A. através de partidos e sindicatos socialistas da Europa Ocidental.

A inversão da correlação de forças no plano político-militar permitirá, a 25 de Novembro de 1975, o advento da contra-revolução.